

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A REDUÇÃO DA MISÉRIA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

THE CONTRIBUTIONS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM TO THE REDUCTION OF POVERTY IN BRAZIL AND ITS CHALLENGES

LAS CONTRIBUCIONES DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A LA REDUCCIÓN DE LA MISERIA EN BRASIL Y SUS DESAFÍOS

Gustavo Faria Peres

Resumo

A partir da implementação do Programa Bolsa Família, em 2003, é observado um impacto significativo na redução da pobreza e da fome no Brasil, destacando a importância das políticas públicas integradas para a promoção da equidade social e do profissional assistente social na operacionalização do programa. O objetivo do trabalho é analisar a trajetória histórica e a evolução do Serviço Social no Brasil, destacando os marcos legais e a regulamentação da profissão, bem como as consequências causadas pelas políticas sociais na redução da miséria e promoção da justiça social, com ênfase no Programa Bolsa Família. Quanto à metodologia empregada, fundamenta-se a partir de uma revisão de literatura em fontes governamentais estatísticas, artigos científicos e livros dos principais autores sobre o tema. Os resultados obtidos indicam que o programa foi determinante na redução das taxas de pobreza extrema e que não apenas aliviou a pobreza imediata, mas também contribuiu para a melhoria dos indicadores de saúde, educação e segurança alimentar.

Palavras-chave: políticas sociais; assistência social; LOAS; CFESS.

Abstract

Since the implementation of the Bolsa Família Program in 2003, a significant impact has been observed on poverty and hunger reduction in Brazil, highlighting the importance of integrated public policies for promoting social equity and the role of social work professionals in the program's operations. This work aims to analyze the historical trajectory and evolution of Social Work in Brazil, emphasizing the legal milestones and regulation of the profession, as well as the effects of social policies in reducing poverty and promoting social justice, with a focus on the Bolsa Família Program. The methodology is based on a literature review from governmental statistical sources, scientific articles, and books by leading authors on the topic. The results indicate that the program has been crucial in reducing extreme poverty rates and that it not only alleviated immediate poverty but also contributed to improvements in health, education, and food security indicators.

Keywords: social policies; social assistance; LOAS; CFESS.

Resumen

A partir de la implementación del Programa Bolsa Familia en 2003, se ha observado un impacto significativo en la reducción de la pobreza y el hambre en Brasil, destacando la importancia de las políticas públicas integradas para la promoción de la equidad social y el rol del profesional de trabajo social en la operación del programa. El objetivo del trabajo es analizar la trayectoria histórica y la evolución del Trabajo Social en Brasil, resaltando los hitos legales y la regulación de la profesión, así como las consecuencias causadas por las políticas sociales en la reducción de la pobreza y la promoción de la justicia social, con énfasis en el Programa Bolsa Familia. En cuanto a la metodología empleada, se fundamenta en una revisión de la literatura en fuentes estadísticas gubernamentales, artículos científicos y libros de los principales autores sobre el tema. Los resultados obtenidos indican que el programa ha sido determinante en la reducción de las tasas de pobreza extrema y que no solo alivió la pobreza inmediata, sino que también contribuyó a la mejora de los indicadores de salud, educación y seguridad alimentaria.

Palabras clave: políticas sociales; asistencia social; LOAS; CFESS.

1 Introdução

A estrutura social do Brasil foi moldada a partir de uma série de transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram ao longo do século XX. Duas guerras mundiais, consolidação das leis trabalhistas, o período da ditadura militar, redemocratização do Brasil e criação da Constituição de 1988, são alguns eventos significativos desse período, bem como a criação do Plano Real, a qual, de acordo com Varaschin (2024), também foi um marco muito importante na luta contra a inflação. No entanto, apesar de tais mudanças, a desigualdade social e de classes era predominante naquela época e ainda é atualmente, pressionando o governo federal a intensificar seus esforços para implementar políticas que democratizam o acesso aos direitos constitucionais (habitação, saúde, alimentação, educação e saneamento básico, entre outros), com o objetivo de reduzir as disparidades sociais ainda existentes, algo que ganhou força após os anos 2000 (Lotta; Gonçalves; Bitelman, 2014; Paes-Souza, 2014).

Em 2004, foi consolidada Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que serviu como um instrumento orientador da responsabilidade do Estado, visando superar a visão de que a assistência social é apenas assistencialista ou baseada na caridade, estabelecendo parâmetros que orientam as políticas sociais em termos de princípios, objetivos e gestão (Brasil, 2004). A criação desse documento foi crucial para assegurar que as ações de assistência social se tornassem estruturadas de maneira eficaz, abrangendo desde a definição de seu público-alvo até a gestão e financiamento das iniciativas, colocado em prática durante os anos 2000 a 2007 com o aumento do orçamento dos principais programas de assistência da época (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação e Auxílio Gás) (Rocha, 2006).

Dessa forma, pode-se estabelecer que o poder público brasileiro possui um compromisso em implementar em suas esferas municipais, estaduais e na federal, políticas que visam diminuir a desigualdade, tendo em vista que a característica mútua entre os usuários dessas políticas de assistência social é a pobreza, conforme reforçam Souza, Mexko e Benelli (2022). Portanto, no ano de 2003, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Medida Provisória (MP) n.º 132 que instituía a criação do Programa Bolsa Família (PBF) (Brasil, 2003), com o objetivo de reduzir os índices de miséria e fome no Brasil ao unificar alguns programas sociais: o Auxílio Gás e Fome Zero, junto ao Cadastro Único (Santos *et al.*, 2019; Weissheimer, 2006).

De acordo com Souza *et al.* (2019), os resultados da implementação dessa política contribuíram para a retirada do país do mapa da fome. Os autores também comentam que a longo prazo, esses efeitos promovem uma melhora na distribuição de renda e no bem-estar

social, principalmente quando essas políticas também são aliadas a outras iniciativas. Desse modo, devido à fragilidade econômica estabelecida historicamente para determinados grupos sociais, conforme definido pela PNAS, é responsabilidade do Estado promover medidas públicas de assistência social para garantir além dos direitos fundamentais dos indivíduos, mas também, de bem-estar social e cidadania, independente de crença, gênero, raça, cor, posicionamento político e ideológico, que deve incidir diretamente sobre a necessidade de modo singular e individual, mesmo que atinja as grandes massas (Brasil, 2004; CFESS, 1993).

Para isso, é fundamental que o profissional da assistência social¹ conheça os programas e políticas públicas existente no país, buscando compreender sua importância perante a sociedade, seus aspectos positivos e negativos e os desafios que envolvem as políticas de ações afirmativas e assistência social. A opção por essa temática surge ao analisar os altos índices de desigualdade constituídos no Brasil e suas resoluções nacionais, que criam parâmetros e legislações de assistência social a fim de diminuir o nível de desigualdade e promover uma democratização de seus direitos fundamentais (Gomes; Pereira, 2005). A pesquisa busca desmistificar preconceitos, buscar dados estatísticos e expor os impactos positivos do PBF, iniciado no Brasil em 2003. Além disso, averiguar como os índices de miséria e pobreza foram reduzidos desde a implementação do programa, a partir da exposição e análise de dados quantitativos, disponibilizados por fontes governamentais brasileiras, comparando as informações ao longo dos anos.

O principal objetivo da pesquisa é comparar e sintetizar os impactos da implementação de políticas de assistência social, do PBF e do trabalho do Serviço Social nas diversas esferas da sociedade para a redução da miséria no Brasil, dando ênfase nas suas contribuições para a redução da miséria no Brasil e seus desafios. Em relação à sua metodologia, têm-se como base o materialismo histórico-dialético, fundamentando-se a partir de uma revisão de literatura, realizada de forma quali-quantitativa em fontes governamentais estatísticas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), artigos e livros de autores imponentes da área, como Yazbek (2019), bem como obras e fontes com informações históricas e científicas acerca do serviço social, políticas de assistência social e o PBF.

2 Análise dos índices de redução da pobreza e miséria pós-Programa Bolsa Família

¹ Profissionais da assistência social referem-se a todos os trabalhadores que atuam na rede de proteção social, como psicólogos, pedagogos, sociólogos, educadores sociais, entre outros. Já o profissional do Serviço Social é o assistente social, profissional regulamentado por lei (Lei n.º 8.662/1993), com formação específica em Serviço Social e atribuições próprias, como planejamento, execução e avaliação de políticas sociais, com foco na garantia de direitos e justiça social.

Ao longo da história do Brasil, desde a sua colonização, têm enfrentado desafios relacionados à pobreza e à miséria a partir de uma concentração de renda desproporcional, promovendo a desigualdade social no país (Saad, 2020; Piana, 2009). Apesar do crescimento econômico e da industrialização durante o século XX, esses problemas persistiram ao afetar principalmente as populações rurais e as periferias urbanas. Ademais, como exemplificado por Meirelles (2022) e Piketty (2014), a pobreza é um fenômeno complexo que também vai além da falta de renda de uma parcela da população e engloba múltiplas dimensões do bem-estar, sendo resultado de uma combinação de fatores estruturais e conjunturais. De acordo com os autores, os fatores estruturais são relacionados com a concentração fundiária, a baixa qualidade da educação pública e o acesso limitado a serviços básicos, como saúde e saneamento; os fatores conjunturais, nesse caso, são as crises econômicas, altas taxa de desemprego e inflação que intensificam ainda mais a vulnerabilidade das famílias pobres.

Embora a renda seja um excelente indicador de bem-estar devido à sua correlação com tais privações, ela não captura toda a extensão das dificuldades enfrentadas pelas famílias mais pobres (Franchikoski; Cesco, 2017; Yazbek, 2012). Portanto, conforme Yazbek (2012), uma abordagem eficaz para combater a pobreza deve considerar tanto a insuficiência de renda, quanto as privações em outras dimensões essenciais do bem-estar. Entretanto, a fim de reduzir a miséria e promover a inclusão social, foi desenvolvido o PBF, política pública de transferência de renda voltada a população em situação de extrema pobreza, por meio de um apoio financeiro direto às famílias mais vulneráveis, se tornando um modelo referencial em termos de políticas sociais (Martins; Rückert, 2019; Santos *et al.*, 2019).

Consequentemente, desde a sua implementação, o programa tem sido objeto de diversos estudos e análises, que buscam avaliar seu impacto na diminuição dos índices de pobreza e miséria no país a partir de dados estatísticos, relatos e estudos de caso. Ao analisar esses dados, é observada uma grande melhoria nas condições de vida das famílias que foram beneficiadas, além de efeitos positivos em outras áreas da sociedade, como: educação, saúde e segurança alimentar (Cavalcanti; Costa; Silva, 2013).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizadas pelo IBGE durante a década de 1990, a taxa de pobreza atingia cerca de 35% da população, enquanto a extrema pobreza afetava aproximadamente 15% dos brasileiros. Em 1998, cerca de 14% dos brasileiros viviam em famílias abaixo da linha de indigência e 33% abaixo da linha de pobreza, indicando a necessidade de políticas públicas eficazes para combater tal situação (Barros; Henriques; Mendonça, 2000). Uma das formas de medir desigualdade de renda de uma

região geralmente é feita a partir de diversos índices, sendo alguns deles: o índice de Gini e índice de Atkinson.

De acordo com o índice de Atkinson, por exemplo, o Brasil estava entre os países com taxas de desigualdades mais altas do mundo, com o país registrando um coeficiente de 60.49 (Tabela 1). Esse valor colocava o país em uma posição similar a países como Zâmbia (60.51) e Guatemala (59.60), ligeiramente acima da África do Sul (59.33) e Panamá (58.22), destacando a gravidade das disparidades econômicas do país naquele período (Atkinson, 2017). Já pelo índice de Gini, o Brasil apresentava o coeficiente 0,607, de acordo com o Banco Mundial.

Tabela 1: Ranking de países com maiores níveis de desigualdade de renda a partir do Índice de Atkinson em 1990

Posição	País	Índice de Atkinson
1 ^a	Zâmbia	60.51
2 ^a	Brasil	60.49
3 ^a	Guatemala	59.60
4 ^a	África do Sul	59.33
5 ^a	Panamá	58.22

Fonte: elaborado com base em Atkinson *et al.* (2017).

Essa diferença de concentração de renda também é acentuada em determinadas regiões dos países, no caso do Brasil, nas regiões Norte e Nordeste, que podemos observar uma grande disparidade na renda *per capita* de acordo com as demais regiões do país, conforme discutem Araújo e Flores (2017). Os indivíduos considerados como extremamente pobres eram aqueles cuja renda mensal per capita era inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo referente aos anos analisados e de acordo com sua análise, estavam mais presentes em tais regiões.

Uma maneira de reverter ou amenizar que os países chegaram a adotar é por meio de políticas de transferência de renda que ganharam força na década de 1990 em toda a América Latina (Brito, 2008). Entretanto, tais políticas geravam e geram até hoje debates relacionados à universalização do benefício e focalização, tendo em vista que exigem altos custos administrativos, com risco de fragmentação e duplicação de benefícios comprometendo sua sustentabilidade fiscal e ampliação do programa (Baar, 1998).

O PBF foi oficialmente lançado em outubro de 2003, durante a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a sua aprovação pela Lei n.º 10.836/2004, com o objetivo de fornecer uma rede de proteção social mais eficaz para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, a partir da fusão dos vários programas de transferência de renda existentes sob a liderança do governo federal (Brasil, 2004). Nos anos seguintes da implementação do programa, dados estatísticos evidenciam uma redução significativa nas taxas de pobreza extrema, que caíram de aproximadamente 12% para menos de 5% da população,

por exemplo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo com o objetivo de evidenciar o impacto positivo do Bolsa Família na população mais pobre, em 2019 (Souza *et al.*, 2019). De acordo com suas análises, o programa tirou mais de 3,4 milhões de pessoas da extrema pobreza e 3,2 milhões conseguiram superar a linha da pobreza devido à transferência de renda proporcionada por ele. Além disso, em 2013, o mesmo órgão analisa os efeitos do programa na desigualdade regional no Brasil entre os anos de 1995 e 2006, responsável por 14,8% de diminuição.

Ramos *et al.* (2021), a partir de uma pesquisa realizada entre 2006 e 2015, revelaram que o PBF reduziu a mortalidade infantil em 16% em crianças de 1 a 4 anos, principalmente, em famílias pretas e nos municípios mais pobres, que a redução alcançou 26% e 28%. Os autores destacam que o programa é eficiente tanto na redução da pobreza geral da população mais carente, como também, na melhoria da saúde e sobrevivência infantil. Na educação, de acordo com Braw *et al.* (2015), em seu estudo que se construiu a partir da análise de mais de 11 mil domicílios entre 2005 e 2009, constatou um aumento de 8% na participação escolar das meninas e 10% na progressão entre séries, com os autores explicando que, devido à menor dependência das mães beneficiárias do trabalho doméstico, as meninas poderiam focar mais nos estudos, aumentando sua participação e progressão escolar. Ademais, Martins e Rückert (2019) comentam que a taxa de evasão entre os beneficiários é consideravelmente menor em comparação com a média nacional, mostrando melhoria no desempenho escolar.

Senna, Brandão e Dalt (2016), por sua vez, enfatizam os benefícios condicionados à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde infantil, que não apenas fornecem suporte financeiro, mas também incentivam comportamentos que podem quebrar o ciclo geracional da pobreza. Os autores também afirmam que a integração com outras políticas públicas, como a educação e a saúde, reforça a capacidade do programa de promover a inclusão social, já que eles se beneficiariam indiretamente da redistribuição de renda promovida pelo programa.

De acordo com a PNAD, entre os anos de 2001 e 2015, houve uma redução do Índice de Gini em 13,6%, apesar de que em 2014, a partir do segundo trimestre, o país entra em uma recessão que reduziu o PIB em 8,6% (CODACE, 2017). De forma geral, após a implementação do PBF, houve um impacto significativo na redução da desigualdade de renda no Brasil, conforme dados do IBGE demonstram, o coeficiente de Gini se encontrava em, aproximadamente, 0,53 em 2014. Entretanto, observa-se variação significativa entre as diferentes regiões do Brasil (Saad *et al.*, 2020). Em áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste, onde a pobreza é mais prevalente, o programa teve um papel crucial na melhoria das condições

de vida, de acordo com Saad *et al.* (2020). Em contraste, nas regiões urbanas e mais desenvolvidas, os impactos foram menos pronunciados, embora ainda significativos.

Apesar dos sucessos alcançados, o PBF enfrenta diversos desafios na redução da desigualdade de renda, sendo um dos principais obstáculos a persistência de desigualdades estruturais, como a concentração de terra e a informalidade no mercado de trabalho (Costa *et al.*, 2018). Para mais, críticas ao programa apontam para a necessidade de ajustes nos valores dos benefícios e na cobertura do programa para alcançar de maneira mais efetiva os segmentos mais vulneráveis da população (Devereux, 2002; Baar, 1998). Consequentemente, o futuro do Bolsa Família e seu papel na redução da desigualdade de renda no Brasil dependem de vários fatores, incluindo a continuidade e expansão do programa, bem como a implementação de políticas complementares que abordem as causas estruturais da desigualdade.

3 Impactos do programa Bolsa Família na economia, educação, saúde e segurança alimentar

No geral, boa parte dos estudos demonstram que programas como o PBF possuem impactos positivos em diversas áreas da sociedade brasileira, indo muito além da diminuição da desigualdade de renda (Martins; Rückert, 2019; Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018; Melo; Duarte, 2010). Sua finalidade é promover a amenização de problemas que acometem comumente famílias em situação de vulnerabilidade social, além de gerar impactos nas demais áreas como na economia, educação e saúde (Cavalcanti; Costa; Silva, 2013), influenciando significativamente o comportamento das famílias beneficiadas e incentivando, por meio de condicionalidades, práticas que melhoram a saúde e o desenvolvimento educacional das crianças (Martins; Rückert, 2019).

O PBF, especificamente, se tornou a política baseada em transferência de renda de maior abrangência no Brasil em 2023, atendendo a uma média de 21,3 milhões de famílias a partir de um investimento de R\$14,1 bilhões (Brasil, 2023). De ponto de vista econômico, em uma avaliação de impacto realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania, foi identificado quatro eixos fundamentais: emprego e renda, saúde, educação e tributação; os resultados revelaram que o programa tem um impacto positivo em termos de razão custo-benefício (Brasil, 2022).

Para cada R\$ 1,00 investido no programa, a sociedade obtém um retorno de R\$1,0850, representando um aumento de 8,5% do valor investido e comprovando a viabilidade econômica do programa, ressaltando sua importância como uma ferramenta eficaz de desenvolvimento econômico. De acordo com Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018), os municípios que mais

recebem repasses do programa apresentam um maior crescimento do PIB *per capita* e da renda *per capita*, expondo maior destaque para o setor de serviços, além de uma redução da desigualdade de renda e da pobreza. Os autores também reforçam que tal resultado se dá devido ao aumento da renda das famílias beneficiadas, que impulsiona o consumo e estimula a produção, bem como a demanda por trabalho. Landim Junior (2009) corrobora com esses achados ao examinar o impacto do PBF entre 2004 e 2006 em municípios selecionados. O estudo estimou que um aumento de 10% no repasse *per capita* resultaria, em média, em um crescimento de 0,6% do seu PIB. No ano seguinte, esse mesmo aumento geraria um crescimento de 1,36% na arrecadação tributária e 0,91% no PIB industrial.

Ao analisar os impactos observados na educação, de acordo com Melo e Duarte (2010) a exigência de frequência escolar regular como condição para o recebimento dos benefícios teve um impacto direto na educação das crianças beneficiadas, resultando em um aumento na frequência escolar e na redução na evasão escolar². A partir de uma pesquisa comparativa por pelos autores, é revelado que os beneficiários do programa apresentam uma frequência escolar maior (98,1%) em comparação com os grupos controle: 80,3% para os que não participam do programa e 87,4% para os que possuem uma renda fixa sem auxílio de qualquer programa.

Ademais, entre os anos 2004 e 2010, Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018) analisaram os efeitos do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada sobre os indicadores municipais de educação. A pesquisa focou em métricas como: a frequência escolar, a defasagem idade-série (relacionado aos alunos fora da idade adequada de cada ano escolar), o IDEB e as notas da Prova Brasil. Durante esse período, observou-se um crescimento na frequência escolar, especialmente no ensino médio e uma redução na defasagem idade-série, como também um aumento nas médias de notas e na taxa do IDEB nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental.

Cavalcanti, Costa e Silva (2013) já demonstram o impacto do PBF no alívio imediato da pobreza em algumas famílias do Nordeste com base em dados da PNAD de 2004 e 2006. A comparação entre os grupos de tratamento (beneficiários do programa) e os de controle (elegíveis, mas não beneficiados) indicou que, embora o programa tenha um efeito positivo sobre a renda familiar, especialmente nas famílias em extrema pobreza, esse impacto é de magnitude baixa. Em resumo, como pontua Carnelossi e Bernardes (2014), embora os benefícios imediatos causados pelo programa têm mostrado a eficácia em aumentar a frequência escolar e reduzir a defasagem idade-série entre os estudantes, os desafios em relação à qualidade

² Um dos requisitos fundamentais para os beneficiários do programa é a frequência escolar mínima, estipulada em 85% dos dias letivos para estudantes de 6 a 15 anos e 75% para aqueles de 16 e 17 anos (Brasil, 2004). Para as crianças de 4 a 5 anos, a frequência mínima é de 60%, enquanto para os jovens de 6 a 18 anos incompletos que ainda não concluíram a educação básica, a frequência exigida é de 75%.

da educação e ao desempenho escolar persistem, contribuindo pouco para a resolução do problema estrutural da pobreza.

Em relação à saúde, estudos realizados por Barrientos, Debowicz e Woolard (2016) revelaram que o programa atua essencialmente para melhorias no atendimento; mas Januzzi e Pinto (2013), por exemplo, apontam como aspectos positivos do programa: melhorias na imunidade, no índice de peso por altura e na massa corporal das crianças, como também, influência no adiamento da entrada das crianças no mercado de trabalho e no aumento do número de visitas pré-natais. As famílias beneficiadas passaram a realizar mais consultas médicas e obtiveram um maior acompanhamento de saúde, demonstrando uma redução na mortalidade infantil e melhorias nos indicadores de saúde infantil, que tendem a ser mais evidentes em municípios com maior cobertura (Souza, 2020; Shei, 2013). Entretanto, conforme afirmam Moraes e Machado (2017), o monitoramento dessas ações muitas vezes se resume apenas no cumprimento das condicionalidades, em vez de garantir o direito ao acesso e ao cuidado integral à saúde.

Quanto ao conceito de segurança alimentar e nutricional, temos três aspectos: a disponibilidade, o acesso e a suficiência de alimentos; conforme o Art. 3º da Lei n.º 11.346/2006, esse direito é definido como o acesso contínuo e adequado a alimentos de quantidade suficiente e de qualidade, sem prejudicar outras necessidades essenciais (moradia, educação, saúde, lazer e transporte) (Serenini *et al.*, 2023; Brasil, 2006). À medida que a renda mensal por pessoa de uma família diminui, aumenta o risco de enfrentar a insegurança alimentar moderada ou grave, o que se manifesta tanto na qualidade quanto na quantidade dos alimentos disponíveis (Bezerra; Olinda; Pedraza, 2020). Tendo em vista tal fator, de acordo com Cotta e Machado (2013), a disponibilidade e o acesso são fatores que são diretamente influenciados pela renda familiar e pelas características do mercado de alimentos da região.

Monteiro *et al.* (2009) comenta que a melhoria no poder aquisitivo, que pode ser proporcionada pelo programa, contribui significativamente para a redução da desnutrição infantil, representando uma participação de 21,7% na diminuição da desnutrição entre crianças menores de cinco anos. Oliveira *et al.* (2011) ao analisar as famílias beneficiadas com o programa do município de Paula Cândido, Minas Gerais, observa que 76,4% utilizam o benefício quase inteiramente para a aquisição de alimentos, reforçando a sua importância na promoção da segurança alimentar. Além disso, um estudo comparativo entre grupos de famílias revelou que as despesas anuais com alimentos das participantes são, em média, R\$ 246 superiores às das não participantes (Duarte; Sampaio; Sampaio, 2009). Os autores do estudo ainda determinaram que com uma renda *per capita* mensal de R\$ 100 e uma média anual

recebida de R\$ 278, essas famílias destinam cerca de 88% do valor que recebem a compra de alimentos, indicando mais uma vez que o PBF possui uma influência direta na segurança alimentar dos beneficiários.

Apesar dos impactos positivos nessa área, outros autores indicam que a participação do PBF ainda não é suficiente para proteger contra a insegurança alimentar grave em áreas urbanas, pois embora o programa promova um aumento significativo no acesso dos alimentos, isso nem sempre é acompanhado por uma melhoria na qualidade nutricional da alimentação (Cotta; Machado, 2013). Palmeira, Bem-Lignani e Salles-Costa (2023) ressaltam a importância de combinar programas de transferência de renda com outros tipos de intervenções, como por exemplo: programas de infraestrutura e alimentação escolar, suplementação e fortificação para crianças e idosos; ações focadas em impactar o sistema produtivo na geração de emprego, formalização do trabalho, estabilidade dos preços dos alimentos e apoio à agricultura familiar.

4 Considerações finais

Os impactos positivos do Bolsa Família observados durante a análise demonstram que o programa atua tanto na educação quanto na saúde da população brasileira, ao contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas. Na educação, é observado um aumento na frequência escolar, redução na defasagem idade-série e diminuição da evasão entre os estudantes que fazem parte do programa. Na saúde, a política desempenhou um papel importante na redução da mortalidade infantil e na melhoria dos indicadores de saúde entre as crianças e gestantes, que se beneficiaram do fortalecimento da segurança alimentar promovido pelo programa. Esses dados indicam que, ao menos em curto e médio prazo, o programa conseguiu atingir com sucesso suas metas.

Do ponto de vista social e político, mesmo que o Bolsa Família tenha contribuído para a redução da pobreza, sua eficácia a longo prazo depende da implementação de políticas complementares que abordem as causas estruturais da desigualdade, indo muito além da transferência de renda. A continuidade e o aperfeiçoamento das políticas sociais, com investimentos na educação, saúde e infraestrutura, são essenciais para garantir um impacto mais duradouro. Por esse motivo, é necessário adaptar o programa às novas realidades socioeconômicas do país com a realização de pesquisas adicionais que explorem o seu impacto a longo prazo e possíveis novas políticas de inclusão social.

Referências

ARAÚJO, V.; FLORES, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 159-182, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256307>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hc4R45HSzR6p3xXSNgWpdwK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ATKINSON, T. *et al.* **The Chartbook of Economy Inequality**. United Kingdom: Institute for New Economic Thinking at the Oxford Martin School, 2017.

BARR, N. A. **The economics of the welfare state**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BARRIENTOS, A.; DEBOWICZ, D.; WOOLARD, I. Heterogeneity in Bolsa Família outcomes. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, Champaign, IL, n. 62, p. 33-40, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.qref.2016.07.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1062976916300552?via%3Dihub>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev., 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BEZERRA, M. S.; OLINDA, R. A.; PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei n.º 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 09 jan. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Medida Provisória n.º 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 21 out. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. **Avaliação de Impactos Econômicos dos Programas Sociais** – Programa Bolsa Família. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 27 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/sagi/avaliacao-de-impactos-economicos-dos-programas-sociais-programa-bolsa-familia>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Família e Combate à Fome**. Bolsa Família tem em 2023 a maior média de famílias atendidas, de investimento federal e de valor de benefício da história do programa. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-tem-em-2023-a-maior-media-de-familias-atendidas-de-investimento-federal-e-de-valor-de-beneficio-da-historia-do-programa>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRAW, A. *et al.* The impact of Bolsa Família on Schooling. **World Development**, v. 70, p. 303-316, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.02.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1500025X?via%3Dihub>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRITO, T. F. The emergence and popularity of conditional cash transfer in Latin America. *In*: BARRIENTOS, A.; HULME, D. **Social protection for the poor and poorest: concepts, policies and politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

CARNELOSSI, B. C. N.; BERNARDES, M. E. M. A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do Programa Bolsa Família. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 285-313, jan./abr., 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p285>. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p285/pdf_28. Acesso em: 7 ago. 2024.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan.-abr. 2013. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1415-98482013000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/TyXwSPnBQn9pZhvw86SYmQj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CODACE. **Comunicado de Datação dos Ciclos Mensais Brasileiros**. Rio de Janeiro: Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética profissional do assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. -

[Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

COSTA, R. A. *et al.* Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais. **Nova Economia**, v. 28, n. 2, p. 385-416, 2018. DOI: <http://doi.org/10.1590/0103-6351/3289>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/7f8rqRq4vSnJ7B738VKMKqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v33n1/a08v33n1.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 3, p. 292-312, jul./set., 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180014>. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/59823/73852>. Acesso em: 7 ago. 2024.

DEVEREUX, S. **Social protection for the poor: lessons from recent international experience**. Brighthon: Institute of Development studies, 2002.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 47, n. 4, p. 903-918, out./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032009000400005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/fggH8MjD8Cpf8nGK9sY59PQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2024.

FRANCHIKOSKI, S. C.; CESCO, S. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, pp. 107-130, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v25n1-5>. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-1_05_programa_bolsa_familia/esa25-1_05_pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun., 2024.

JANUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 179-192. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/56ad9594-903d-4a55-83c2-fccfb7179ae3/content>. Acesso em: 7 ago. 2024.

LANDIM JUNIOR, P. H. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos municípios brasileiros**. São Paulo: INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa, 2009.

Disponível em: <https://docplayer.com.br/13512368-Inspere-instituto-de-ensino-e-pesquisa-relatorio-final-os-efeitos-do-programa-bolsa-familia-sobre-a-economia-dos-municipios-brasileiros.html>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LOTTA, G. S.; GONÇALVES, R.; BITELMAN, M. A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 64, p. 2-16, jan./jun. 2014. DOI:

<https://doi.org/10.12660/cgpc.v19n64.5817>. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/5817>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MARTINS, B. A.; RÜCKERT, F. Q. O Programa Bolsa Família e a educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003-2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 4, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240061>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jVcggnbPR7p6XD9mt8pfSRm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MEIRELLES, G. A. L. O serviço social brasileiro frente à desigualdade social e à pauperização. **Revista SER Social**, v. 24, n. 50, jan./jun., p. 71-95, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i50.38502>. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38502/71-95. Acesso em: 8 ago. 2024.

MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-656, jul./set. 2010. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000300007>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/D4ZxPZ8xmbdXr8xY8qcqnmv/?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2024.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000100005>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/qmYZXGhNDBKcqw4SJSrCw6G/?format=pdf&lang=en>.

Acesso em: 5 ago. 2024.

MORAES, V. D.; MACHADO, C. V. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 129-143, set., 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S310>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/qmYZXGhNDBKcqw4SJSrCw6G/?format=pdf&lang=en>.

Acesso em: 7 ago. 2024.

OLIVEIRA, F. C. C. *et al.* Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 20, n.1, p. 1-18, jan./mar., 2011. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742011000100002>. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742011000100002&lng=pt&nrm=is. Acesso em: 5 ago. 2024.

PAES-SOUZA, R. Políticas sociais e desigualdade social no Brasil. *In*: MALDEIRA, L. M. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

PALMEIRA, P. A.; BEM-LIGNANI, J.; SALLES-COSTA, R. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 258-259, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.21592021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6XCb4yxQQd9PbJfRzRfbRcd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PIANA, M. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. *In*: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2009. p. 21-56 Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PIKETTY, T. **O Capital no século XX**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAMOS, D. *et al.* Conditional cash transfer program and child mortality: a cross-sectional analysis nested within the 100 Million Brazilian cohort. **Plos Medicine**, v. 18, n. 1, set., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003509>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1003509>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ROCHA, S. **Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAAD, M. G. *et al.* Os determinantes da queda da desigualdade de renda nas regiões brasileiras entre 2001 e 2015. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 104, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510313/2020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/spkD8jnRyDqPyNKmPPQqzCx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SANTOS, M. C. S. *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescente e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yqg93sK7XtqR5MYb4GQJMsC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SENNA, M. C. M; BRANDÃO, A. A; DALT, S. Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades na área de saúde. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 148-166, abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.060>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZRc9qDRydwdLpvmWw7QkmcH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2018.

SERENINI, M. *et al.* A insegurança alimentar pela voz de adolescentes participantes do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0242>. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/2183>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SHEI, A. Brazil's conditional cash transfer program associated with declines in infant mortality rates. **Health Affairs**, v. 32, n. 7, p. 1274-1281, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2012.0827>. Disponível em: https://www.healthaffairs.org/doi/10.1377/hlthaff.2012.0827?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%200pubmed. Acesso em: 7 ago. 2024.

SOUZA, A. A. **Efeito da interação entre saneamento e o Programa Bolsa Família na morbidade e mortalidade por desnutrição e diarreia em crianças menores de cinco anos de idade**: um estudo ecológico de municípios brasileiros. 2020. 271 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva – Área de Concentração em Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde) - Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43537>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SOUZA, P. H. G. F. *et al.* **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade**: um balanço dos primeiros quinze anos. Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

SOUZA, W. A.; MEXKO, S.; BENELLI, S. J. Política de assistência social e processo de estratégia de hegemonia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Saúde**, São Paulo, v. 42, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003232592>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8p4KcqxstWqnKHHPhJPSvmN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2024.

VARASCHIN, J. A. A. Plano real: normatização de uma economia financeirizada. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 1, p. 85-99, jan./abr., 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n1art05>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/ggZXtnLMPzZT9cDJJsKGcr7G/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun., 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. *In*: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 86-101.

Data de submissão: 08/11/2024

Data de aceite: 03/07/2025